



**TROIKA
GO HOME!**

BASTA DE AUSTERIDADE

UE à beira da recessão

A burguesia europeia está completamente sem saber o que fazer diante da crise que ameaça o euro e afunda as bolsas. Depois de arrasar a economia grega com a pressão da austeridade, está a tentar fazer o mesmo em Portugal.

PÁG. 7



A troika faz mal à saúde

O governo da direita é um bom aluno da troika e cumpre à letra a receita da austeridade. Os cortes na saúde estão a ser tão violentos que correm o risco de matar o doente, isto é, o povo português.

PÁG. 4

Dias de luta em Outubro

Nos dias 1 e 15 de Outubro vamos sair às ruas para protestar contra os cortes nos salários, pensões e subsídio de Natal; contra os aumentos de impostos e tarifas e a destruição da saúde, educação e das empresas públicas.

PÁG. 2



Romper com a troika, suspender o pagamento da dívida, aumentar os salários e reativar a economia!

Os planos de austeridade impostos pela União Europeia e FMI aos países europeus não são a solução para a crise económica. As bolsas continuam a cair, a dívida e os juros a subir e o desemprego a aumentar. O que está a acontecer na Grécia é bem um exemplo disso: o povo ficou na miséria e o país na bancarrota. Com Portugal deverá acontecer o mesmo caso o acordo com a troika continue a ser aplicado.

Basta ver o que já está a acontecer: menos 6000 professores nas escolas em comparação com 2010; salários congelados e parcialmente confiscados; aumento nos preços dos transportes, luz e gás muito acima da inflação; cortes na saúde, com redução das comparticipações de medicamentos e aumento das taxas moderadoras; aumento do IVA e novos impostos apenas para os assalariados; privatização de bens e serviços essenciais, como a água, os transportes e correios.

Só estão a salvo da fúria devastadora do governo da direita e da troika os lucros dos grandes capitalistas. Estes senhores não vão ter que pagar pelo imposto de Natal que nos vai roubar metade do subsídio ou qualquer imposto sobre as suas fortunas. Pelo contrário, vão passar a contar com mão-de-obra mais barata devido ao congelamento dos salários e ao desemprego, pagar menos de Taxa Social Única (TSU) e ainda poderão comprar empresas públicas a preço de saldo.

Diante do impacto das medidas de austeridade na vida das pessoas – que recém começam a ser sentidas –, o discurso da inevitabilidade vai perdendo a sua eficácia. Se até agora a resistência à austeridade esteve praticamente limitada à corajosa luta dos trabalhadores do Estaleiro Naval de Viana do Castelo e da Transportadora Nacional de Camionagem (TNC) em defesa dos seus postos de trabalho, ela deve começar a aumentar de intensidade.

Todos devemos apoiar e participar das manifestações convocadas para o dia 1 de Outubro, pela CGTP, e 15 de Outubro, pelo M12M e Acampada do Rossio, entre outros movimentos. O 15 de Outubro tem uma importância especial porque está a ser convocado pelo movimento dos indignados do estado espanhol, o 15M, para ser um dia de luta internacional. Mas todos sabemos que a mobilização contra o governo e a austeridade não pode parar aí. Derrotar a política de austeridade é uma tarefa difícil, como o comprova a luta do povo grego, mas não impossível, como o também o demonstram as vitórias da classe trabalhadora e da juventude no passado.

Para sermos vitoriosos devemos obedecer a dois princípios. Em primeiro lugar, devemos buscar a unidade, em vez da divisão. A próxima manifestação deveria ser unitária, CGTP e movimentos sociais juntos a convocar a população – nos bairros, nos locais de trabalho, nas escolas e universidades – para lutar pela recuperação dos nossos direitos confiscados. Foi um erro a divisão imposta pela CGTP e pelo PCP das manifestações de 1 e 15 Outubro. Nós iremos às duas e apelamos a todos os trabalhadores para que façam o mesmo, mas é lamentável esta divisão artificial de manifestações.

Em segundo lugar, defendemos a democracia no interior da nossa luta, para que todos tenham o direito de se manifestar e expor as suas ideias e propostas. No interior desse amplo movimento popular, defendemos um programa de saída da crise que passa pela rutura com a troika e as medidas de austeridade; pela suspensão do pagamento da dívida pública, seguida de uma rigorosa auditoria; pela aplicação dos recursos assim poupados no aumento dos salários e do investimento público em saúde, habitação, educação e cultura, para gerar emprego e riqueza ao país; pela nacionalização da banca e das empresas estratégicas, como a Galp e a EDP; e pela democratização da política, com a transferência do poder de decisão dos gabinetes dos políticos e empresários para as ruas, locais de trabalho e escolas.

Todos à luta contra a troika e a austeridade! Pela organização de uma manifestação unitária! Preparemos desde já uma nova greve geral. Há razões mais do que suficientes e já tarda. O governo de Passos Coelho e Paulo Portas não ouvirão nem mudarão nada de outra maneira.

BRASIL



A crise mundial afetará o Brasil?

Reproduzimos excertos do artigo escrito por Eduardo Almeida no jornal *Opinião Socialista*, do PSTU, Brasil, que pode ser lido na íntegra no site www.rupturafer.org.

O Brasil é uma parte do sistema capitalista. Como todo o sistema será afetado, o Brasil também sofrerá com a crise. Mas é importante discutir, mesmo tratando-se de hipóteses, o ritmo e a profundidade de como isso pode ocorrer.

O Brasil tem características muito particulares. É parte dos chamados BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), que têm tido uma importância especial na divisão mundial de trabalho e na crise recente. O imperialismo desloca para esses países uma parte importante de suas empresas (em particular as industriais) para se aproveitar dos baixos salários. Uma das consequências disso foi a forma diferenciada como eles foram afetados pela crise de 2008. As multinacionais continuaram investindo nos BRICs para contrabalançar a crise de suas matrizes e recompor a sua taxa de lucros. Isso levou à existência de duas velocidades na crise dos países.

Cada um dos BRICs tem sua importância localizada na divisão mundial do trabalho. A China é uma espécie de fábrica do mundo, a Rússia produz petróleo e gás, e a Índia, softwares de computação. Já o Brasil produz *commodities* (matérias-primas ou produtos com pequeno grau de industrialização) para o mercado mundial, além de automóveis e eletrodomésticos para a América Latina. As

multinacionais também ocupam o mercado interno desses países com as suas empresas diretamente instaladas nos BRICs. O Brasil tem uma relação particular com a China, por fornecer diretamente *commodities* para este país que é, desde 2009, seu maior parceiro comercial. A evolução da China é, portanto, fundamental para entender as perspectivas imediatas da economia brasileira.

Recessão passada

No último trimestre de 2008, o Brasil entrou em recessão (-3,6% do PIB), que continuou no trimestre seguinte (-0,8%). No total, a produção industrial retrocedeu 16,7%. As grandes empresas travaram duramente a produção para ver o que se passaria no mundo. O Brasil saiu da recessão porque as grandes multinacionais decidiram continuar investindo no país, que tem a maior taxa de juros do mundo, mercado interno ainda em crescimento, baixo custo de mão de obra, flexibilidade na legislação trabalhista, incentivos fiscais de toda ordem dos estados. Fecharam empresas nos EUA e abriram no Brasil e na China.

Além disso, o Brasil foi ajudado pela situação da China, que teve uma desaceleração (sem entrar em recessão) e, depois, se recuperou. O sistema financeiro brasileiro também não enfrentou a mesma crise dos bancos imperialistas. Isso

pode estar relacionado às altíssimas taxas de juros e à farra da dívida pública, o que fez com que os bancos aqui não precisassem especular com os derivados [*como os subprimes nos EUA em 2008*].

O papel do governo nessa história é importante, mas não foi o que determinou o curso da crise. O governo Lula se comportou como mandaram as multinacionais e os bancos. Injetou R\$ 300 mil milhões de dinheiro público nas empresas, assim como fizeram os governos imperialistas. Reduziu o IPI de automóveis e eletrodomésticos (socorrendo as multinacionais) e liberou mais de R\$ 100 mil milhões para os banqueiros. Para os trabalhadores, nada. Nenhuma medida de garantia do emprego.

Não foi Lula, como muitos trabalhadores acreditam, que impediu a crise. Foram as multinacionais que controlam a economia do país. Junto com isso, também impuseram um ritmo de trabalho ainda maior, ampliando a super-exploração dos trabalhadores, como se vê nas fábricas. Ou seja, são os trabalhadores que estão pagando até hoje os custos da crise.

E agora?

Qual a perspectiva da economia brasileira no meio da crise internacional? Com o agravamento da crise, é certo que as suas consequências vão se abater sobre o Brasil. Mas a sua intensidade aqui vai depender de como ela vai atingir o mundo. Caso se confirme a hipótese de uma nova recessão, as multinacionais estarão atentas ao tamanho de sua gravidade. Continuarão investindo na China na medida em que existir a possibilidade de exportação para os mercados imperialistas. Caso a recessão seja muito profunda, as multinacionais podem parar de investir, e a recessão poderá atingir a China.

A mesma lógica vale para o Brasil. O destino do país está nas mãos de um punhado de multinacionais, que decidirão continuar ou não investindo aqui.

RUPTURA

Órgão oficial do Ruptura/FER
www.rupturafer.org
 Secção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores
 LIT (IV Internacional) www.litci.org
 Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.
 Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Almada

Proprietário: Gil Garcia
 Director: João Pascoal
 Editora: Cristina Portella
 Projecto Gráfico: Nádja Martins
 Capa: Diogo Bento
 Contacto: jornal@rupturafer.org
 Nº ICS: 124814
 Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número:

A. P. Amaral, André Traça, C. K., Daniel Martins, Délio Figueiredo, Diogo Lourenço, Elsa Sertório, Joana Machado, J. A. Dias, Lina Pereira, Manuel Neves, Nuno Santos, Salomé Gonçalves.



Governo quer destruir a maior riqueza de Viana do Castelo

A luta dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) contra os despedimentos, com greves e manifestações de rua, está a forçar o governo a recuar e negociar com a comissão de trabalhadores.

Dos 720 trabalhadores dos ENVC, 380 correm o risco de perder o emprego, de acordo com o plano de reestruturação aprovado pelo governo PS/Sócrates dois dias antes das eleições legislativas. O atual governo PSD-CDS também aprovou, apesar de condicionalmente, a reestruturação da empresa. Mas a luta dos trabalhadores contra os despedimentos, com greves e manifestações de rua realizadas logo após a divulgação do plano, está a forçar o governo a recuar e negociar com a comissão de trabalhadores dos estaleiros.

No dia 2 de setembro, data prevista para a decisão final da Empordef (Empresa Portuguesa de Defesa), holding do estado proprietária dos estaleiros, sobre o destino da empresa, cerca de 450 trabalhadores deslocaram-se a Lisboa para protestar contra os despedimentos. Em frente à Empordef, manifestaram-se para exigir a manutenção dos postos de trabalho e apresentar propostas para viabilizar os estaleiros, supostamente em rutura financeira com uma dívida de 240 milhões de euros. Diante da mobilização dos trabalhadores, o plano de reestruturação foi adiado nesse mesmo dia, e o ministro da Defesa, José Pedro Aguiar-Branco, decidiu prolongar até outubro o prazo dado à Empordef para apresentar uma solução para a empresa.

Estaleiro sobrevivente

Os ENVC funcionam desde 1944 e foram construídos pelo governo para modernizar a frota de pesca do largo. Hoje é a maior empresa de construção e reparação naval de Portugal e uma das maiores da Europa Ocidental. Desde a sua fundação que desenvolve os seus próprios projetos, o que lhe confere, atualmente, uma grande capacidade para projetar, construir, converter e reparar navios sofisticados e de diferentes tipos: batelões, rebocadores, ferry-boats, navios de pesca, carga a granel, porta-contentores, transportadores de cimento, navios tanques, LPG, transportadores de produtos químicos e vasos de guerra.

Depois de 1974, Portugal abandonou uma imensa produção industrial: metalomecânica pesada, química, equipamentos elétricos e telecomunicações que, como é óbvio, se repercute no tecido produtivo. Também a indústria de construção e reparação naval sofreu mudanças nesse sentido em Aveiro, Figueira da Foz, etc. Os ENVC foram os que restaram nas mãos do estado e agora estão a ser ameaçados, apesar de a empresa ser conhecida pela sua inovação tecnológica.

Privatização

Em junho deste ano foi anunciada a implementação imediata do plano de reestruturação dos recursos humanos que, segundo a administração da empresa e o governo, seria a única solução possível tendo em conta a falta de encomendas e a situação internacional no ramo da construção naval. A esta altura era previsto que a empresa funcionasse com os recursos disponíveis para a atividade mínima, contratando serviços ao exterior sempre que a carteira de encomendas o justificasse.

A comissão de trabalhadores dos estaleiros tem opinião diferente e apresentou, no mesmo dia 2 de setembro na sede da Empordef, uma moção com uma série de propostas para reativar a empresa e impedir os despedimentos. O que está por trás do plano de reestruturação é certamente o objetivo do governo de privatizar a empresa, incluído no primeiro PEC (Plano de Estabilidade e Crescimento) apresentado em março do ano passado.

Os trabalhadores querem impedir que aconteça em Viana do Castelo o mesmo que aconteceu com os estaleiros de Lisboa, Almada e Setúbal, concentrados, após a privatização da Lisnave, apenas nesta última cidade, enquanto os que existiam nas duas primeiras foram desativados.

Com a privatização, a situação dos trabalhadores da Lisnave ficou muito pior. Atualmente, dos cerca de 3 mil trabalhadores que esta empresa eventualmente emprega, menos de 300 são efetivos, sendo a

grande maioria contratados temporariamente por subempreiteiras. Desta forma, ficam sujeitos a menores salários e direitos. Ao mesmo tempo, a precariedade do vínculo laboral e o facto de terem vários patrões dificultam a sua organização para reivindicar melhores condições de trabalho e salário. À Lisnave, comprada pelo grupo Mello ao Estado por uma ninharia, em 1997, e atualmente detida pela Navivessel (constituída por quadros do mesmo grupo Mello) e pelo Grupo Industrial alemão (GIG), convém esta situação, já que não tem de pagar segurança social, férias, seguros ou qualquer outro direito a esses trabalhadores.

Solução está na luta

A discussão em torno dos ENVC continua. As lições do passado sobre o dismantelamento de complexos industriais, casos da CUF, Lisnave, vidreiros da Marinha Grande e têxtil do Vale do Ave, mostram-nos que a destruição se faz passo a passo: para isso lançam mão de “reestruturações”, reformas antecipadas, supressão de ramos e departamentos de produção e da não formação profissional de novos operários. Tudo isso apoiando-se numa política para confundir os trabalhadores com possíveis compradores e ganhar tempo para quebrar o seu ânimo e disposição de luta.

Ou seja, é possível que algumas medidas apresentadas pelo governo pareçam responder de imediato à situação, mas a crise, a política internacional de deslocamento da indústria naval para a Ásia, como podem comprovar os companheiros de Vigo e de Gijón, não auguram bom futuro.

Só os operários da ENVC, com o apoio de todos os trabalhadores e das suas organizações, com base na luta e resistência, poderá parar o aniquilamento de mais um centro de excelência produtiva no nosso país.

Daniel Martins e Joana Machado

BÚSSOLA

Protesto em Angola

No passado dia 3 de setembro, uma manifestação de cerca de 200 pessoas, em sua maioria jovens, teve lugar em Luanda. Os manifestantes exigiam a destituição do presidente Eduardo dos Santos, bem como a melhoria das condições de vida, num país onde se acentuam as desigualdades sociais e o custo de vida é altíssimo. Mesmo tendo sido autorizada, a manifestação foi duramente reprimida pela polícia, sendo detidas dezenas de pessoas e feridas outras, inclusive jornalistas que cobriam o acontecimento. Novas prisões foram feitas numa outra manifestação realizada em frente ao tribunal que julgava os jovens da manifestação de 3 de setembro. No fecho desta edição, o tribunal já tinha condenado 18 jovens a penas de 45 a 90 dias de prisão, enquanto outros aguardavam julgamento numa cadeia de alta segurança nos arredores de Luanda. Está a crescer, apesar da repressão, a contestação popular à ditadura angolana.

Greve geral na Itália

Com adesão de 60%, a greve geral italiana do dia 6 de setembro foi uma ação importante contra o governo de Berlusconi e as medidas de austeridade. Mas a Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL), a maior de Itália e responsável pela convocação desta greve, não oferece uma alternativa aos trabalhadores. As suas reivindicações seguem, em geral, o chamado contra-pacote do Partido Democrático (centro-esquerda), aceitando o pagamento da dívida pública como uma necessidade inquestionável e propondo uma receita para sair da crise que não questiona os interesses e privilégios da grande burguesia italiana, como a emissão de eurobonds. No dia 28 de junho, inclusive, a CGIL assinou um acordo com a patronal da indústria italiana que previa a limitação do direito de greve, que passaria a estar sujeito a um referendo.



Israel em inferno astral

A revolução árabe está a cercar, literalmente, o estado de Israel. Na Turquia, o primeiro-ministro, Recep Erdogan, anunciou a “suspensão total” das relações militares e comerciais com Israel, e avisou que poderá vir a fazer uma visita a Gaza. No Egito, manifestantes invadiram a embaixada de Israel (foto) e obrigaram os diplomatas a fugir do país. Os manifestantes exigiam o encerramento da embaixada, o fim das exportações de gás para Israel e a anulação do acordo de paz entre os dois países, assinado em 1979. A investida contra a embaixada israelita, a segunda em menos de um mês, aconteceu depois de uma manifestação que voltou a reunir milhares de pessoas na Praça Tahrir. E, dentro de Israel, os jovens estão a reproduzir as manifestações dos vizinhos árabes, convocando acampadas no Facebook para protestar, contra a injustiça social. No início de setembro, 400 mil pessoas encheram as ruas de Telavive, no maior protesto da história do país.

Cortes põem em risco a saúde da população

Se Paulo Macedo acha que esta crise é uma “bênção”, é preciso dar-lhe água benta e mobilizar os trabalhadores e os utentes para manifestações em hospitais e centros de saúde pela gratuidade dos serviços, pela qualidade e pela universalidade dos mesmos.



No passado dia 18 de Agosto, o ministro da Saúde, Paulo Macedo, um senhor que acha que esta crise é uma “bênção”, anunciou, demagógicamente, que os cortes na saúde visariam sobretudo a indústria farmacêutica e as horas extraordinárias. Mas, na verdade, o ministro aproveita esta coisa “abençoada” que faz com que milhares de trabalhadores sejam despedidos, vejam os seus ordenados cortados e tenham cada vez menos dinheiro para comprar livros aos filhos para tentar ferir de morte o Serviço Nacional de Saúde.

O governo e a troika reduziram ainda mais os recursos destinados à saúde no Orçamento de 2012, num corte ampliado de 5% para 11%, com o objetivo de poupar 750 milhões de euros até 2013. Tudo isso às custas do rebaixamento da qualidade do serviço prestado à população e da deterioração das condições de trabalho dos profissionais da saúde.

Assalto ao trabalhador

Paulo Macedo, que toda a vida foi gestor e, que se saiba, nunca

foi trabalhador num hospital, corta nas horas extraordinárias dos trabalhadores como se estas fossem um luxo. Um corte de 10% nas horas extraordinárias é, além de um assalto aos bolsos de quem as faz, muitas vezes à noite e em difíceis condições de trabalho, um convite para que profissionais de saúde troquem o SNS pelo sistema privado, fazendo com que o normal trabalhador, que não tem dinheiro para o privado, tenha cada vez menos profissionais, mais mal pagos e desmotivados ao seu serviço.

Os novos cortes obrigam também a que cada hospital assegure a realização dos meios complementares de diagnóstico, o que pode impossibilitar um doente de um hospital periférico de realizar um exame mais específico noutro hospital.

Cortes e mais cortes

Entre os cuidados médicos que serão cortados, o governo apontou ainda baterias aos transplantes! O governo vê na transplantação um enorme buraco financeiro, ignorando, por exemplo, que quando um doente recebe um rim, deixa de fazer diálise e que

se poupa muito aí (além, obviamente, do aumento de sobrevivência do doente). Apesar da demissão da direção da Autoridade dos Serviços do Sangue e da Transplantação, é preciso que seja o ministro a demitir-se. E para tal, só a luta popular.

Paulo Macedo quer, ainda, obter uma poupança de 19 milhões de euros com o fim da comparticipação de pílulas anticoncepcionais e das vacinas contra o cancro do útero, a hepatite B e a estirpe do tipo B do vírus da gripe e com a redução da comparticipação de antiácidos e broncodilatadores.

Com a diminuição da comparticipação de medicamentos e dos exames de diagnóstico e o desincentivo aos transplantes, o Estado demite-se de fornecer um serviço social pilar: a saúde. Quando um assalariado deixa de poder ter acesso à ressonância magnética porque está na periferia ou espera horas e horas numa urgência porque os trabalhadores de saúde deixaram de fazer urgências devido aos cortes nas horas extraordinárias, a culpa é de quem pratica estas políticas.

Ao cortar no SNS, o governo PSD-CDS exclui os trabalhadores de um direito social com o objetivo de pagar a crise causada pelo capitalismo. Os mais ricos, que podem usufruir da saúde privada, não têm que se preocupar. A suposta preocupação do governo com os mais pobres, dizendo que estes terão direitos e regalias, não passa de uma hipocrisia desprezível, uma esmola. O governo PSD-CDS rouba, tira, corta e depois finge-se “socialmente preocupado”.

Para pagar a crise, pagamos com a nossa saúde. Para salvar o SNS, cortam-se 750 milhões do mesmo. São estas as soluções do capitalismo. Aos trabalhadores resta um e só um caminho: a luta. Não é correto que uma pessoa trabalhe toda a vida, pague impostos e depois tenha de pagar por uma ressonância ou um medicamento. E, se não tiver dinheiro, não possa ser atendido num hospital.

É preciso que os trabalhadores percebam que os cortes na saúde são dirigidos aos mais pobres. Só eles vão ficar à espera de consultas, só eles vão ter de escolher que medicamentos podem ou não comprar, só os mais pobres vão esperar horas pela consulta no Centro de Saúde.

Compreendendo que é a sua classe a afetada, os trabalhadores devem unir-se aos da saúde na luta por um sistema nacional de saúde para todos, com qualidade universal e gratuito.

É preciso dizer não à diminuição da comparticipação do governo nos medicamentos e meios de diagnóstico, assim como nos cortes salariais a enfermeiros, médicos e técnicos auxiliares!

Pela união dos trabalhadores da saúde com os utentes do SNS em defesa do mesmo!

Contra as taxas moderadoras!

Contra os cortes salariais aos trabalhadores do SNS!

Por um SNS universal, gratuito e de qualidade!

Manuel Neves

Sistema de saúde da Grécia está à beira da catástrofe

O título acima não é exagerado: foi dado por um jornal insuspeito de favoritismos de esquerda, o *The Guardian*, num artigo publicado a 5 de Agosto último. O artigo conta como muitos gregos desempregados estão a recorrer a clínicas dos Médicos do Mundo para conseguir atendimento gratuito, já que a consulta nos centros de saúde pública custam agora 5 euros, uma verdadeira fortuna para quem já está a passar fome.

“Quando vim para cá”, disse o médico George Padakis ao jornalista do *Guardian*, “não esperava tratar de gregos.” O objetivo original das clínicas daquela ONG era prestar serviços de saúde a imigrantes sem papéis, mas a crise inverteu as expectativas. Os pacientes atendidos não são as vítimas da discriminação contra os imigrantes, mas das medidas de austeridade tomadas contra o povo grego. Segundo o artigo, seria até possível para os gregos mais pobres não pagar qualquer taxa, mas, para conseguir a isenção, é preciso enfrentar um verdadeiro pesadelo burocrático.

Uma das medidas adotadas pelo governo grego foi cortar os salários dos médicos da rede pública e também os recursos hospitalares. Foi para protestar contra essa situação que a Associação Nacional de Médicos da Grécia realizou, em setembro, uma greve de dois dias.

A associação denunciou que o governo ainda planeia mais medidas de corte de pessoal na saúde, inclusive de enfermeiros, o que afetará hospitais e emergências, já bastante castigados pela escassez de pessoal qualificado.

Ministro da Saúde recua para evitar protestos

Depois de anunciar que o governo deixará de comparticipar pílulas anticoncepcionais e vacinas contra o cancro do colo do útero, hepatite B e contra a estirpe do tipo B do vírus da gripe e reduzirá a comparticipação de medicamentos antiácidos e bron-

codilatadores, o ministro da Saúde, Paulo Macedo, recuou e deu o dito pelo não dito. Afinal, o seu ministério ainda não tinha decidido nada. É que o golpe tinha sido muito pesado e provocou um verdadeiro coro de protestos e ameaças.

O porta-voz do Movimento

de Utentes dos Serviços Públicos, Carlos Braga, considerou a medida “desumana e penalizadora para os utentes” e ameaçou “apelar a que as pessoas manifestem o seu desagrado, protesto, indignação e oposição a estas medidas que põem em causa a sua saúde”. Já antes,

Mário Soares tinha-se declarado chocado com o corte nas verbas para os transplantes de órgãos. “Não se tem que atacar de uma maneira indiscriminada – e isso choca-me muito – conquistas como o Serviço Nacional de Saúde”, declarou o socialista.

Paulo Macedo “esqueceu” que agora é um político e que

não pode agir como se estivesse à frente do Millennium BCP, do qual é vice-presidente do conselho de administração, ou da seguradora de saúde Médis, do qual foi administrador. Aliás, o currículo do ministro mostra bem o que o governo de Passos Coelho quer fazer da saúde pública: um negócio privado.

Depois de Milu e Alçada, chegou a vez de Crato atacar professores e escola pública

As previsões são sombrias, com menos escolas do 1º ciclo, menos apoio educativo e menos 6 mil docentes nas escolas. A solução passa por mais e melhor luta. Como no governo Sócrates, é hora de repetir as manifs de 2008 contra a avaliação.

E aqui chegámos. Depois de agosto, na *silly season* mais recheada de anúncios de cortes de que há memória, vemos que o que nos espera não é fácil. O governo já tirou a máscara eleitoral e mostra ao que vem. Anuncia-se uma ofensiva sem precedentes no campo do emprego, dos salários, do custo de vida e da carga fiscal.

Os serviços públicos que o Estado deveria prestar à população como resultado dos impostos de todos já estão a ser sufocados financeiramente. A educação, a saúde e a segurança Social sofrerão cortes de 1700 milhões de euros. Justamente os sectores de que a população trabalhadora e pobre mais precisa.

Nuno Crato, em quem - paradoxalmente - os professores depositavam desesperadas esperanças, fará o seu papel de carasco dos 800 milhões a menos na Educação e Ciência em 2011 e ainda menos 500 milhões em 2012. A obediência cega ao caticismo ultra-neoliberal assim o exige: sacrifícios para quem trabalha e/ou estuda e benefícios para quem detém capital.

37 mil no desemprego

Se a Educação é vista como mais uma despesa onde se podem poupar uns quantos milhões de euros, os professores desempregados são apenas mais um número e são cada vez mais tratados como lixo. A precariedade é um vírus que infecta os corpos e mentes de milhares de profissionais que todos os anos vivem Agosto na berlinda. Veem

as suas vidas adiadas ano após ano (por vezes durante décadas!!!), sem nenhuma perspectiva de bonança depois da tempestade. E ainda nos dizem que vivemos acima das nossas possibilidades e que temos que pagar a dívida (do BPN, por exemplo).

Mas o número de mais de 37000 professores no desemprego, que, como todos o sabem, fazem falta nas escolas, tem um significado bem diferente para os professores que ficam nas escolas a lecionar. Significa piores condições de trabalho, mais alunos nas turmas, aumento do insucesso escolar e mais elitismo no ensino.

Os alunos oriundos das classes populares são os primeiros a sofrer, e os que sofrem com mais intensidade. Com menos professores e menos apoios pedagógicos, quem não tem dinheiro para explicações será sempre prejudicado. Em suma, a Escola Pública ficará mais pobre, menos democrática, mais elitista, menos inclusiva. No fundo, é o regresso do sistema de educação como um agente que aprofunda as desigualdades sociais ao invés de as combater; que aprofunda, perpetua e reproduz as desigualdades e as relações de poder existentes entre classes sociais.

É urgente e inadiável abrir concursos para efetivação de docentes. Como é que se pode querer ter profissionais motivados se o seu local de trabalho muda todos os anos, às vezes separados por centenas de quilómetros?

Os protestos na rua serão a melhor resposta a mais esta avalanche

de políticas privatizadoras, destruidoras da Escola Pública e dos serviços públicos em geral. Lamenta-se que as organizações sindicais representativas dos professores não tenham aprendido nada com o dia 12 de Março de 2011, nem com o passado recente, porque a unidade é necessária para que as lutas saiam vitoriosas.

Retomar da luta

Os professores contratados ou desempregados, efetivos ou das AEC's estiveram nas ruas no dia 10 (Lisboa, Rossio) e 16 de setembro (em cada capital de distrito).

Mas não poderemos ficar por aí. Os professores, como todos os outros trabalhadores, estudantes, desempregados e reformados terão que levar a cabo uma luta sem tréguas para que este país não se transforme no reino dos (poucos) milionários e da (muita) miséria. Dia 1 de Outubro, com a CGTP, em Lisboa e no Porto temos que estar novamente na rua a gritar a plenos pulmões que os nossos direitos não estão à venda.

E também no dia 15 de Outubro, com os movimentos M12M e Democracia Real Já, de forma similar ao que se passa em muitas outras cidades do mundo nesse dia. Ao contrário do que disse o primeiro-ministro, quem causa "tumultos" na sociedade são os governos, banqueiros e grandes empresários. Quem apenas depende da sua força de trabalho, só pode lutar para fazer valer os seus direitos.

Délio Figueiredo



Os resultados dos cortes do governo:

①Menos 297 Escolas do 1º ciclo, dando continuidade ao "interioricídio" que Sócrates já anunciara;

②Turmas maiores no pré-escolar e no 1º ciclo, com a óbvia e consequente diminuição da qualidade de ensino;

③Menos apoios educativos, nomeadamente a alunos com necessidades especiais;

④Menos 6000 professores (contratados que agora são desempregados e aposentados) nas Escolas em comparação com 2010, em simultâneo com o aumento do número de alunos.



Contratados organizam-se para lutar

A luta dos professores contra os cortes e o desemprego promovidos pelo governo no ensino está a dar os primeiros passos no início deste ano letivo. No dia 10 de setembro, cerca de 150 professores concentraram-se no Rossio para protestar contra a política do governo para o setor e exigir mais professores nas escolas e menos alunos por turma.

O protesto foi convocado pelo Facebook por três professores contratados e poderia ter sido bem maior caso a Fenprof não tivesse chamado uma manif para a semana seguinte. A unidade é fundamental para conquistar vitórias, mas a Fenprof acabou por repetir o mesmo erro já

cometido no passado recente. No dia 12 de Março deste ano, em vez de unir esforços com os promotores da Geração à Rasca, manteve um encontro da classe no Campo Pequeno. Conclusão: os professores ficaram divididos entre as duas manifestações.

De qualquer forma, a manif do dia 10 de setembro não quis divisões e comprometeu-se a convocar e participar do protesto da Fenprof do dia 16 de setembro.

Além disso, ficou marcado um Encontro de professores e educadores contratados e desempregados para o dia 17 de setembro no Liceu Camões, em Lisboa, para decidir democraticamente como continuar a luta.



Governo intensifica guerra social

Congelamento de salários e pensões até 2013, corte de 1,5 milhões nos ministérios da Saúde, Educação e Segurança Social, aumento das taxas moderadoras, antecipação do aumento das tarifas de luz e gás, redução do número de funcionários públicos em 2% e novos impostos a penalizar a classe média. Estas são as novidades anunciadas pelo governo nos últimos dias para cumprir o memorando de entendimento com a troika e pagar a dívida pública contraída junto a bancos nacionais e estrangeiros.

Os efeitos dessas e de outras medidas já adotadas ou anunciadas, como o aumento dos transportes, os cortes nas prestações sociais e no subsídio de Natal ou a cobrança de portagens nas Scuts, já estão a ter efeitos devastadores na economia e na vida da população. 37 mil professores ficaram de fora das listas de colocação nas escolas, o desemprego está a aumentar e a pobreza também. Um exemplo concreto foi dado no dia 2 de Setembro, no seguimento do anúncio das novas medidas feito pelo ministro das Finanças, Vítor Gaspar, quando 24 enfermeiros de oito centros de saúde de Lisboa foram dispensados por meio de mensagem de correio eletrónico.

Diante dessa verdadeira declaração de guerra ao povo português, várias entidades representativas dos trabalhadores e da juventude estão a chamar manifestações de protesto. Depois dos professores será a vez da CGTP, a 1 de outubro, e do M12M (Geração à Rasca) e Acampada do Rossio, entre outros movimentos, no dia 15.

A participação nessas manifestações é fundamental para iniciar uma grande luta contra o governo e a troika, mas deve ser apenas o começo. As várias manifestações têm de ter como perspetiva a realização, ainda este ano, de uma grande e unificada manifestação nacional e de uma greve geral.

A farsa do governo

O governo de Passos Coelho tenta vender a ideia de que as medidas tomadas para baixar o défice e reduzir a dívida pública são equitativas e penalizam tanto ricos como pobres. Mas isso não é verdade. As medidas anunciadas limitam-se a cortar violentamente

os salários, enquanto os lucros dos grandes capitalistas são poupados. É o caso, por exemplo, do corte no subsídio de Natal. O governo de Passos Coelho recusou-se, ainda, a aceitar a proposta feita pelos partidos de esquerda parlamentar, Bloco de Esquerda e PCP, de criar um imposto sobre as grandes fortunas.

Na verdade, e em sintonia com a orientação do governo anterior de Sócrates/PS, o novo governo da direita quer continuar a tirar dos trabalhadores para salvar os ricos. É importante ressaltar que, e segundo reconheceu o próprio governo, a “derrapagem” recente das contas públicas originou-se de duas fontes principais: o gasto extra que o Estado terá com a privatização do BPN, no valor líquido de 340 milhões de euros, e o buraco nas contas do governo regional da Madeira, na ordem de, no mínimo, de 500 milhões de euros.

Um roubo que não aliviará as contas públicas

Além de representar uma violenta quebra na já escassa renda dos assalariados portugueses, as medidas que vêm sendo adotadas pelo governo da direita não resolverão a crise da dívida pública, pelo contrário, agravá-la-ão. A recessão que elas já estão a provocar, e que só aumentará nos próximos tempos, somada à redução da receitas provenientes das empresas que serão privatizadas e da previsível queda nas exportações causada pelo abrandamento ou mesmo recessão das economias europeia e norte-americana, levarão o país à bancarrota. Desta forma, poderá não estar longe o tempo em que o governo terá de reconhecer o fracasso do seu plano e pedir novos sacrifícios aos traba-

lhadores e ao povo em geral. A esse filme nós já estamos a assistir na Grécia. [ler artigo ao lado]

Estado de desgraça

O problema imediato para o governo é que o anunciado aumento de impostos sobre a classe média está a gerar protestos dentro dos próprios partidos da coligação. Figuras como Manuela Ferreira Leite, Marques Mendes e António Lobo Xavier já criticaram as medidas. Tudo leva a crer que o fugaz “estado de graça” do governo já tenha passado, e deva ser enterrado definitivamente quando entrar em cena a classe trabalhadora.

Suspender o pagamento

É preciso ter uma resposta radical e honesta que diga claramente que a solução para o país não está na troika, nem nas medidas de austeridade, nem no pagamento da dívida pública.

É preciso taxar o capital, sim, mas para investir em saúde, educação e mais emprego para acabar com o desemprego e a precariedade. E não para pagar a dívida.

A esquerda, os sindicatos e os movimentos sociais devem unir-se para exigir a suspensão imediata do pagamento da dívida externa, seguida de auditoria para que possa ser definido o que deve e ou não ser pago. Esta medida deve ser acompanhada de outras para relançar a economia e combater o desemprego, como a revogação de todos os planos de austeridade; revogação das PPP; aumento geral dos salários; nacionalização das bancas e das empresas estratégicas (Galp, EDP, etc.); e um plano de obras públicas para reativar a economia e gerar emprego, entre outras medidas. **Cristina Portella**



DE OLHOS BEM ABERTOS

Comissão Política divide o Bloco de Esquerda

Já foi em Julho que reuniu uma auto-denominada tendência maioritária do Bloco de Esquerda. Quatro dirigentes do BE, entre eles Fernando Rosas, que se auto-apresentam como independentes (não se sabe do quem), convocaram um plenário da Moção A (segundo nome da tendência maioritária) e que contou com a presença (vindos de todo o país) de cerca de 250 militantes do Bloco.

1. O Bloco de Esquerda sofreu em Junho deste ano uma pesada derrota nas eleições legislativas. Perdeu perto de 300.000 votos e metade do seu grupo parlamentar e, acima de tudo, a pequena vantagem, histórica diga-se, face ao PCP, voltando a ficar atrás deste partido em votos e deputados. Causas do ‘tsunami’ eleitoral bloquista? Segundo Francisco Louçã e a maioria da Comissão Política, essencialmente, porque o país vinha girando à direita desde as eleições presidenciais. Ah, e já agora, este catastrófico resultado eleitoral nada tem a ver com o apoio dele próprio e do BE ao candidato de Sócrates às presidenciais em Janeiro, de seu nome Manuel Alegre. Segundo a direção do BE também houve um “outro erro”: não terem acudido à reunião com a troika. Tirando estas razões, aqui e acolá também se reconhece que sobrestimaram a resistência da população ao memorando com a troika. Resumindo e concluindo: o BE tinha estado muito à “esquerda” da situação política e, por isso, foi penalizado.

2. Pois nós temos opinião contrária. O BE não esteve à “esquerda” da conjuntura política, mas sim aquém das necessidades das largas camadas da população que estavam fartas do governo de José Sócrates. As pessoas, algumas centenas de milhares de trabalhadores, queriam ver Sócrates fora do poder. E penalizaram os dois partidos que estiveram mais perto do governo ou que estiveram juntos numa mesma campanha presidencial, em torno de um mesmo candidato (Alegre): o PS e, natural (e lamentavelmente), o Bloco de Esquerda. Mas a Comissão Política do BE não quer reconhecer este fator crucial e recusou-se a convocar uma convenção extraordinária para analisar a hecatombe eleitoral. Mesmo perante a insistência de centenas de bloquistas, de vários quadrantes internos, para que se convocasse essa convenção extraordinária e para que se renovasse a direção do Bloco, a todos a

Comissão Política respondeu com a transformação (inédita) de uma direção eleita recentemente numa convenção de novo em Lista A (e numa tendência) de modo a convocar a sua mini-convenção, obstruir e travar a verdadeira convenção que estava a ser reclamada internamente e, pior ainda, dividindo abertamente o Bloco, condenando todos os que não comungam da Moção A a ficar de fora da vida prática do Bloco. Mais, a reunião já referida, da igualmente chamada tendência maioritária, votou, como se fosse a Mesa Nacional do BE, o calendário de discussão de todos os problemas e debates internos do Bloco. Em conclusão, a vida interna do BE, que já era fraca, acabou de vez. A Mesa Nacional reunir-se-á somente em fins de Setembro, mas tudo já está decidido desde o plenário de Julho.

3. Por fim, poder-se-á perguntar, a serviço de que política estão todas estas manobras antidemocráticas? É simples e resume-se a três vetores: (a) renegociação da dívida pública; (b) manutenção do Bloco como um partido essencialmente eleitoral, demitindo-se de construir uma verdadeira alternativa anticapitalista no terreno concreto das lutas sociais, onde tudo se decidirá sobre este capitalismo selvagem e em declínio acelerado; e, por fim, (c) total ausência de uma verdadeira democracia interna. Não haverá convenção extraordinária, não haverá alteração de políticas e, muito menos, haverá uma alteração na liderança e de rostos, salvo algumas – poucas – operações de cosmética.

4. O Bloco está a deixar de ser um partido anti-sistémico, está a continuar a ser um partido cada vez mais institucional e pouco irreverente, tudo o que faz mais falta na atual situação política em que temos uma direita agressiva no poder. Pelo nosso lado, continuaremos a dar a batalha por alterar este rumo do Bloco, mas estaremos mais concentrados nas lutas sociais, na construção de uma alternativa anticapitalista e atuante. Que tenha a coragem de dizer que a dívida não é pagável nunca, que, mesmo para uma eventual renegociação da dívida, teria de haver de imediato a suspensão do pagamento da mesma e dos juros exorbitantes que estão a penalizar toda a economia e a transformar o país num monstro de desemprego e sem futuro. Falta uma esquerda como foi o Bloco nas origens, vamos manter-nos fiel a esse projeto.

Gil Garcia



Indignados espanhóis protestam em Madrid contra a reforma da Constituição que prevê um limite para o endividamento

Europa à beira da recessão

Trabalhadores e juventude lutam contra os planos de austeridade que governos da direita e social-democracia aplicam nos seus países.

Ninguém tem hoje a mínima dúvida de que a conjuntura económica na zona euro é de profunda crise. Mesmo a Alemanha, cuja economia representa cerca de 25% do PIB da zona euro e que até há pouco tempo era o grande motor do (tímido) crescimento nessa zona, apresenta sinais claros de abrandamento. Com efeito, de Abril a Junho deste ano a economia alemã cresceu apenas 0,1% quando o esperado eram 0,5%, e a economia francesa estagnou nesse trimestre. Aliás, não é por acaso que as expectativas de subida das taxas de juro pelo BCE nos próximos meses praticamente desapareceram e neste momento a maioria dos economistas acredita que a Euribor se deverá manter aos níveis atuais durante um período prolongado de tempo.

Mas essa crise não está a afetar da mesma maneira todos os estados, e é nos países do Sul da Europa e na Irlanda que os efeitos da crise se estão a sentir de forma

mais intensa. Neste momento, os países que estão na mira dos mercados são a Espanha e a Itália. Estes países viram os juros dos títulos a 10 anos da sua dívida pública ultrapassar de forma contínua a barreira dos 5% e, em vários dias, aproximaram-se inclusive do limite dos 7%, acima do qual muitos economistas consideram que um país precisa de ser intervencionado.

A situação das bolsas de valores é extremamente instável. “Mini-crashes” sucedem-se em períodos de tempo cada vez menores. O mini-crash do início de agosto, provocado, entre outras razões, pelo rebaixamento dos papéis norte-americanos pelas agências de notação e pela subida dos juros dos títulos de Espanha e Itália, foi controlado devido à intervenção do Banco Central Europeu (BCE), o qual, contra a sua vontade, começou a comprar grandes quantidades de dívida pública desses países. A acalmia durou pouco: no início de setembro, mais uma vez

as bolsas mundiais, entre as quais a da Alemanha, caem acima de 4%, num novo mini-crash, desta vez provocado pela derrota do partido da chanceler Angela Merkel numa eleição regional e pelos dados que atestam que o desemprego nos EUA não diminui. O temor de uma recessão mundial, em particular na zona euro e nos EUA, é o pano de fundo da instabilidade bolsista.

Receita de austeridade

A forma como os governos dos países visados pelo mercado, sejam eles de direita (Berlusconi) ou de “esquerda” (Zapatero), têm lidado com a crise é sempre a mesma: programas de austeridade que atacam de forma dura as condições de vida dos trabalhadores e que incluem, invariavelmente, aumento de impostos sobre os rendimentos do trabalho (mas não sobre os rendimentos do capital), cortes nas despesas sociais como saúde, educação e segurança social, privatizações de empresas e serviços públicos e medidas de desregulação do

mercado laboral, isto é, facilitação dos despedimentos.

Um exemplo disso é o programa de austeridade apresentado por Silvio Berlusconi em meados de Agosto e que vem sendo aprovado pelo parlamento apesar da forte contestação social. A novidade é que se tem falado muito de aumentar os impostos sobre os mais ricos, mas a verdade é que, fora algumas medidas essencialmente simbólicas tomadas em França, nada de substancial se concretizou até agora e, por exemplo, o governo italiano reduziu mesmo nas suas intenções anteriores de taxar os mais ricos.

Se há sintonia entre a burguesia e os seus governos em jogar os custos da crise sobre os trabalhadores, o consenso termina aí. A violência da crise é de tal ordem que gera um movimento de “salve-se quem puder” que dificulta outros acordos. Por exemplo, em relação a temas como a participação dos credores privados no reescalonamento da dívida, a reestruturação da dívida grege ou os eurobonds. Alguns economistas já colocaram em dúvida, por exemplo, a oportunidade das privatizações numa altura de crise que poderá conduzir à venda de empresas estratégicas a preços de saldo.

Resposta popular

Mas, para nós, o mais importante é, sem dúvida, a resposta das massas, e essa já tem dado alguns sinais de ativação. Na Itália, realizou-se em 6 de setembro uma nova greve geral contra o plano de austeridade de Berlusconi, quatro meses após a última, com manifestações com milhares de pessoas em cerca de 100 cidades. Em Espanha, tivemos mais de três meses consecutivos de protestos do chamado movimento 15-M no qual estiveram direta ou indiretamente envolvidos mais de 6 milhões de cidadãos. Esse movimento de pro-

testo, também conhecido como movimento dos indignados, começou em Madrid no domingo 15 de maio, estendeu-se posteriormente a mais de 50 cidades e tem a simpatia, em graus diversos, de cerca de ¾ da população espanhola.

Inspirado na revolução árabe, nomeadamente na “acampada” na praça Tahrir, no Cairo, mas também no movimento da Geração à Rasca portuguesa, o movimento dos indignados é também uma reação dos trabalhadores e da juventude à traição dos principais partidos de esquerda, como Esquerda Unida (IU) e Partido Comunista Espanhol (PCE) e centrais sindicais (Comissões Operárias e UGT) do Estado espanhol. É mais do que provável que nas eleições antecipadas de 20 de novembro, à semelhança do que aconteceu em Portugal, o Partido Socialista de Zapatero venha a ser copiosamente derrotado, como aliás já aconteceu nas eleições municipais, devendo a vitória caber ao Partido Popular (PP, de direita) por falta de alternativa e, também, em função das últimas manobras feitas em conjunto por PP e PS. Para impedir que movimentos e partidos de esquerda que não se institucionalizaram participem dessas eleições, PP e PS fizeram, à revelia de qualquer discussão democrática, alterações que exigem milhares de assinaturas, recolhidas em 20 dias, para que qualquer formação extra-parlamentar possa apresentar-se às eleições.

O 15-M defende, entre outras reivindicações, a democracia participativa, o combate à corrupção, a reforma da lei eleitoral, a reversão das privatizações e os direitos sociais e afirma de modo claro a sua independência em relação aos partidos políticos. Réplicas desse movimento ocorreram em vários países europeus como França, Itália e também Portugal, com o Democracia Verdadeira Já. **C.K.**

Grécia fora do euro preocupa credores

A Grécia é o exemplo acabado de que a política de austeridade imposta pela União Europeia e o FMI não só não resolve o problema da dívida pública como o agrava. Depois de mais de um ano de cortes violentos de salários e direitos da população e de impostos que farão a economia decrescer em 5% do PIB este ano (pior do que os 3,8% previstos), soube-se que o país não conseguirá cumprir a sua meta de redução do défice público para este ano.

A crise se instalou, a reunião com a troika foi suspensa e a Alemanha ameaçou não pagar a próxima parcela do empréstimo de 110 milhões de euros acorda-

do em 2010. “Senhoras e senhores, a situação na Grécia é séria”, disse Wolfgang Schaeuble, ministro das Finanças da Alemanha perante o Parlamento do seu país. Caso não haja a transferência deste dinheiro, a Grécia poderá entrar em “default”, isto é, em incumprimento, não podendo saldar as suas dívidas com os credores.

O que a União Europeia e os grandes países do euro, especialmente Alemanha e França, estão a decidir é precisamente se deixam a Grécia cair em incumprimento (suspendendo o pagamento do fundo de resgate) e que consequências esta situação trará para as suas próprias eco-

nomias. Está a ser considerado, inclusive, o cenário da saída da Grécia do euro. O problema é que a volta ao dracma provocaria uma subida em flecha da dívida pública grega, que está em euros, e o colapso dos bancos. Os credores da dívida grega – a banca europeia, sendo o BNP Paribas, o maior banco da França, um dos maiores detentores da dívida grega – também ficariam em maus lençóis, porque dificilmente veriam os seus investimentos de volta.

Para impedir este cenário, o governo grego decretou mais um imposto extraordinário, desta vez sobre imóveis, que será cobrado nas tarifas de eletricida-



de, e a retenção de um mês de salário dos políticos. “Faremos o que for preciso para manter o país de pé”, afirmou o primeiro-ministro grego, Georges Papandreou.

Mas o povo grego também está a demonstrar, com greves e manifestações ininterruptas, que fará o que for preciso para parar com a espoliação das suas vidas e da riqueza nacional. **C.P.**



Fúria privatizadora em Portugal

De acordo com o programa da troika e com a política do atual governo PSD/CDS-PP, pretende-se acelerar o processo de privatização de empresas e serviços públicos essenciais. Adivinhem quem vai pagar?

Em 26 de julho de 2011, as chamadas *golden shares* (direitos especiais do acionista Estado) na EDP, GALP e PT deixaram oficialmente de existir, de acordo com o que ficou estabelecido no programa da troika. Esta medida preliminar antecede a privatização total destas empresas.

No sector bancário será privatizado o segmento de seguros da Caixa Geral de Depósitos, prevendo-se ainda, nas palavras do governo, que a CGD seja “racionalizada e reorientada para o apoio à economia”.

As linhas suburbanas da CP passarão a estar também em mãos privadas, e na Transtejo já se iniciou em Agosto a redução de serviços com vista àquilo que o governo chama de redução dos custos operacionais. Os lucrativos CTT também não escaparão a esta onda, bem como a companhia das Águas de Portugal. Se a medida avançar, Portugal será dos poucos países europeus onde o abastecimento de água ficará fora da alçada do Estado.

Na comunicação social, prevê-se a privatização de um dos canais da RTP, situação que está sujeita às divergências entre PSD (a favor) e CDS (contra) e que foi relegada para “momento oportuno”. No entanto, a RTP, que inclui a RDP, já procedeu à suspensão temporária das emissões em onda curta para o estrangeiro, situação que diz ser temporária, mas que já levantou protestos de milhares de ouvintes e que fez com que o Provedor do Ouvinte

Mário Figueiredo já tivesse feito saber que se demitiria caso a medida se torne permanente. A respeito ainda da RTP, deve dizer-se que Portugal é o único país europeu que tem na agenda a privatização do seu principal canal de TV público, a RTP1, o que entra em contradição com a recomendação do próprio Conselho Europeu, que considera essencial o serviço público de televisão como garantia da democracia, pluralismo e defesa de conteúdos específicos relacionados com língua e a cultura.

Menos recursos

Esta fúria privatizadora tem uma consequência óbvia: o estado fica com menos recursos para investir nas políticas sociais que lhe competem. Os trabalhadores e camadas populares serão assim os que sofrem, por terem mais dificuldades ou nem sequer poderem pagar os aumentos dos preços dos serviços públicos ou muito menos os preços dos serviços privados. Em geral, tudo o que é privatizado é lucrativo e favorece o enriquecimento rápido. Veja-se o exemplo do atual dono da GALP, Américo Amorim, que se tornou o homem mais rico do país depois de comprar esta empresa, sendo que em Portugal se paga o preço mais caro da Europa pela gasolina.

Piores serviços

Além da questão dos preços, tem-se demonstrado que geralmente são os serviços públicos os que oferecem melhor qualidade. Um exemplo

muito interessante tem a ver com a privatização do sistema ferroviário britânico.

Em 1994, o governo conservador de John Major tomou a iniciativa de privatizar o sistema ferroviário, numa lógica de lucro e concorrência. Os funcionários foram forçados a aceitar as novas metas de trabalho segundo critérios de rentabilidade ou, em alternativa, a rescindir o contrato em troca de uma simbólica indemnização. A empresa-mãe concessionária a privados o segmento de transporte de mercadorias e o de passageiros, que ficam assim divididos por diferentes responsáveis.

Estas medidas foram alvo de grande contestação, mas o governo comprometeu-se a garantir a qualidade e segurança dos serviços, bem como a manter percursos e linhas menos rentáveis. No entanto, após oito anos, o balanço é catastrófico: aumento das reclamações de passageiros, falta de informação, cancelamento de comboios e, sobretudo, degradação das condições laborais e acidentes com vítimas mortais.

Em resumo, para todos os que afirmam que o Estado é mau e que deve diminuir, devemos lembrar que a destruição dos serviços públicos se faz à custa precisamente dos que põem o Estado ao seu serviço pessoal através das suas ligações políticas aos grandes interesses económicos para depois tentarem justificar que o Estado funciona mal e deve diminuir o seu peso na economia.

Nuno Santos

A quem não interessa a privatização da RTP?

Aparentemente, a discussão sobre a privatização de um canal público não interessa ao público, mas exclusivamente aos proprietários de canais privados, como Pais do Amaral (TVI) e Pinto Balsemão (SIC), preocupados com a inevitável perda de publicidade causada pelo surgimento de mais um canal privado. Enquanto a RTP 1 como TV pública só pode transmitir 6 minutos de publicidade por hora (e a RTP 2 limita-se à publicidade institucional), os canais privados podem transmitir 12 minutos de publicidade por hora. Extraordinário como se discutem mais os interesses de dois capitalistas, com fortunas incalculáveis, do que os do povo.

Um canal estatal deve ser um canal que faça com que o Estado chame a si as principais emissões culturais e informativas, independentemente do lucro. Se a RTP hoje obedece a isso? Seguramente que não. Também a RTP participa da corrida desenfreada pelas audiências, entrando nos campos outrora exclusivos da SIC e TVI e passando a emitir programas cujo conteúdo nulo serve apenas para lutar pelas audiências e pelos lucros publicitários. Além disso, assim como os canais privados, privilegia os interesses dos poderosos e dos governantes, passando a mensagem que lhes interessa.

No entanto, para contrariar esta lógica, é preciso manter a RTP pública e lutar por uma programação com interesses fundamentais para todos, fugindo do populismo, da “sociedade – espetáculo”. A sua privatização seria uma profunda machadada nestas aspirações e demitiria, definitivamente, o Estado das suas obrigações culturais, seria o golpe de misericórdia na possibilidade da existência de um serviço de televisão público. Tudo, claro, em nome da “redução de custos operacionais”.

A cultura e a informação são pilares sociais que devem estar ao alcance de todos, disponíveis e facilmente acessíveis. Quando o

Estado se demite dessa função, está a elitizar a cultura, tornando-a apenas acessível a quem tem outros meios para a atingir. Mas como o Estado não é neutro e responde aos interesses dos capitalistas (ou de sectores destes), demite-se de boa vontade da obrigação de fornecer serviços de qualidade a todos em prol dos lucros de uma minoria.

E o cerne da discussão deve ser este: tem ou não o Estado obrigação de fornecer informação cultural, seja ela por que via for, para todos? Se Pais do Amaral e Pinto Balsemão são ou não desfavorecidos com isso, é secundário. Muito favorecidos pelos governantes de plantão já o foram durante toda a vida.

Longe de nós concordar com o mimetismo da RTP, com a SIC e a TVI, com os programas de qualidade duvidosa e com a corrida às audiências. Mas, ao mesmo tempo que lutamos por uma RTP com uma programação essencial, lutamos para que a mesma não seja entregue aos privados, cujo lucro foi e será a única preocupação. Lutamos ainda contra os “truques” do sistema, como a privatização “apenas” da RTP1, deixando a RTP2, um canal com uma audiência residual, ao Estado.

Todos sabemos que os privados não se sentem obrigados a fornecer programação essencial, mesmo que nos contratos haja uma parcela obrigatória da mesma. Há muito que as empresas privadas conseguem contornar todas essas cláusulas.

É preciso que a população lute contra a privatização da RTP e que lute por um acesso justo e universal à cultura. Um povo mais culto é mais crítico e mais perigoso para os governantes. Daí que os mesmos nos queiram privar disso.

Contra a privatização da RTP!

Por um acesso gratuito e universal à cultura e informação!

Pela democratização da informação!

Manuel Neves



Chega de os trabalhadores serem o “multibanco do governo”!

Durante a greve geral em Itália a 6 de Setembro, disse uma trabalhadora italiana a uma rádio portuguesa: “É o meu dinheiro. Estou cansada de servir de cartão multibanco do governo”. Esta frase resume o sentimento de cada vez mais pessoas atingidas pelos planos de austeridade dos governos europeus. Para pagar uma dívida que não tem fim, os salários e reformas dos trabalhadores e pensionistas são confiscados por governos ao serviço de quem gerou essa mesma dívida: banqueiros, especuladores e grupos económicos capitalistas.



Ministro das Finanças, Vítor Gaspar

O discurso do Governo e de Cavaco Silva de que, para fazer face à crise da dívida, é necessária “uma distribuição justa dos sacrifícios”, esbarra na realidade nua e crua: em pouco mais de um mês saíram € 2,5 mil milhões dos bolsos dos trabalhadores para tapar os buracos das contas públicas, e de mais ninguém! Curiosamente, a fortuna pessoal do homem mais rico de Portugal – Américo Amorim, o mesmo que teve o desplante de declarar que é “um trabalhador” – anda à volta desse valor.

Este capitalista viu o seu património sequer tocado pelas medidas de cortes e impostos que todos os dias são anunciadas pelo governo PSD-CDS? Ou as suas ações na Galp Energia confiscadas para travar os lucros desta empresa, uma das responsáveis pelo altíssimo custo dos combustíveis em Portugal? Nem pensar, pois quem serve de multibanco ao governo são os trabalhadores e

pensionistas, e não os “américos amorins” deste país.

O sufoco dos impostos

Das três vezes que o ministro das Finanças Vítor Gaspar anunciou medidas de corte na despesa pública, acabou a decretar um aumento de impostos. Há que cumprir o plano da troika, voa metade do subsídio de Natal. Há um desvio “colossal” no orçamento, antecipa-se a subida do IVA na eletricidade e no gás (cada família pagará em média mais € 10 por mês!). Há mais um problema no BPN, transfere-se o fundo de pensões da banca para o Estado. Por outras palavras, o discurso eleitoral do PSD/CDS, e a bela promessa de não agravar os impostos, desfez-se em poeira após escassas semanas.

Apesar de todas estas medidas “extraordinárias”, os buracos orçamentais continuam a aparecer. Agora é o da Madeira (€277 milhões), traduzindo

aquilo de que todos já desconfiávamos: Alberto João Jardim tem usado e abusado do erário público para benefício de clientelas e interesses capitalistas regionais. Mas não vai preso por isso, nem sequer o primeiro-ministro se atreve a destituí-lo ou mesmo criticá-lo publicamente. A elite político-económica do país vive na impunidade e é bem protegida pelos seus governos. Quem está a sofrer com a crise da dívida não é de certeza esta gente!

A esquerda parlamentar

PCP e BE têm pedido para os mais ricos contribuírem para o esforço “nacional” de combate à crise. E até alguns super-ricos andam a dizer que a sua riqueza devia ser mais taxada pelos governos... Muito possivelmente é o empobrecimento crescente de quem os fez multimilionários – os trabalhadores das suas empresas e bancos – que começa a preocupá-los. A sua inteligência

de classe burguesa faz com que receiem a revolta das massas trabalhadoras e da juventude e, como tal, mais vale prevenir que remediar, e tentar aplacar a ira popular com umas demonstrações de boa-vontade...

Numa sociedade onde existem explorados e exploradores, os interesses e responsabilidades de uns e outros são bem distintos. Que os governos e alguns super-ricos tentem fazer passar a ideia de que todos, trabalhadores e capitalistas, estão “no mesmo barco” e devem “partilhar sacrifícios” entende-se, pois é a maneira de fazer engolir a pílula da austeridade a muito trabalhador ingénuo. Mas que a esquerda difunda essa ideia é criminoso, pois isso desarma a nossa classe para a luta.

Não no mesmo barco

Estamos no mesmo barco dos ricos mais ricos de Portugal? No top 10 das fortunas portuguesas estão grupos económicos – gru-

po Mello, PT, Sonae, etc. – a quem a banca portuguesa emprestou durante anos centenas de milhões de euros para expandirem os seus negócios e irem às privatizações. Enriqueceram à custa da delapidação do património público, de negócios amparados pelo Estado (como as parcerias público-privadas) e dos baixos salários e elevada precariedade dos seus trabalhadores. Hoje, embora endividados, continuam a ter grandes lucros e a enriquecer os seus milionários donos.

Estamos no mesmo barco dos bancos? Estes lucraram e continuam a lucrar com o endividamento de empresas e do Estado, pois financiam-se junto do Banco Central Europeu a 1% e emprestam a 6 e 7%! E quando os títulos de dívida chegam ao mercado secundário, onde o valor dos mesmos varia de acordo com as condições do mercado e a confiança dos investidores, são vendidos a juros especulativos. Nesta economia de casino a própria dívida pública serve para a acumulação de capital.

O que faz falta...

O que faz falta é avisar a “malta” trabalhadora de que com o modo de produção capitalista não há futuro para eles e para os seus filhos. Faz falta parar de imediato com a sangria da dívida, suspendendo o seu pagamento e usando esse dinheiro para o relançamento da produção e a criação de postos de trabalho.

Faz falta a revolução dos trabalhadores para criar outro modo de produção, que satisfaça as suas necessidades e não a voracidade do capital!

A.P. Amaral
J.A. Dias



Seguro encena giro à esquerda para capitalizar o já iniciado desgaste do governo da direita

Sócrates foi corrido pela greve geral de 24 de Novembro de 2010 e pela manif da Geração à Rasca de 12 de Março deste ano. Elas demonstraram que o ex-primeiro-ministro do PS já não era o “homem” indicado para impor a austeridade exigida pela União Europeia e o FMI. Era preciso trocar de figurino.

Veio a direita, que está a impor o plano acordado com a troika por PS, PSD e CDS-PP. Mas, e o novo secretário-geral do PS, António José Seguro, sabe disso, o novo governo não terá a vida fácil. As medidas de austeridade

são impopulares e já estão a provocar o fim do “estado de graça” de Pedro Passos Coelho.

Por isso, no recente congresso do PS, Seguro fez um veemente discurso contra as medidas de austeridade apresentadas pelo novo governo que vão além do acordado com a troika: “Ao ir para além das medidas previstas no memorando de entendimento com a troika, soma austeridade à austeridade, lançando o país num ciclo vicioso de recessão económica”.

Mas que ninguém espere nada muito extremo do novo líder: a

oposição ao governo da direita feita pelo PS será “positiva e construtiva”, isto é, não colocará em xeque, pelo menos por agora, a governação Passos Coelho, e sempre respeitará a austeridade acordada com a troika.

Mas o centro do discurso de Seguro foi a crise europeia e as formas de combatê-la: “Ou a Europa decide ou morre”, dramatizou. E apresentou propostas também defendidas pelo Bloco de Esquerda e o PCP: agência de rating europeia e eurobonds, além de revisão dos tratados europeus e reforço orçamental. **C.P.**



Protesto em frente à embaixada de Israel no Cairo, com bandeiras da Palestina e do Egito.

Ocupação sionista em dificuldades

A verdade é que, se a Assembleia Geral da ONU votar a favor da proposta palestina, ela estará a reconhecer - ou a lembrar - que os territórios ocupados desde 1967 são territórios “ilegalmente” colonizados.

Muita tinta tem corrido nos meios pró-palestinos desde que a Autoridade Palestina (AP) anunciou a sua intenção de propor à Assembleia Geral da ONU, neste mês de setembro, o reconhecimento de um Estado palestino dentro das fronteiras de 1967. O debate tem-se centrado nas consequências positivas ou negativas que teria a criação - efetiva ou apenas formal - de um Estado assim definido. Mas não pretendemos aqui retomar esse debate, posicionando-nos num ou noutro dos lados. Lembremos apenas que a independência do Estado da Palestina já foi reconhecida pela ONU no dia 15 de novembro de 1988.

Três anos mais tarde, a OLP assinava os Acordos de Oslo e reconhecia o Estado de Israel. Foi o início de uma farsa chamada de “processo de paz”, que tem permitido a colonização de sempre mais território palestino e

a liquidação de todos aqueles que se apresentaram como negociadores dispostos a fazer cedências - uma verdadeira ameaça para a política colonial israelita: foi o caso de Marwan Barghouti (em prisão perpétua), de Ahmed Saadat (a cumprir pena de 30 anos de prisão), de Yasser Arafat (assassinado).

A verdade é que, se a Assembleia Geral da ONU votar a favor da proposta palestina, ela estará a reconhecer - ou a lembrar - que os territórios ocupados desde 1967 são territórios “ilegalmente” colonizados. Essa votação favorável significaria antes de mais nada o reconhecimento do direito à autodeterminação do povo palestino. E são estes os resultados que o Estado de Israel não quer de modo algum permitir que venham a acontecer.

Estado palestino

O facto de que, ultimamente, nu-

meros países tenham reconhecido - platonicamente, seja dito - o “Estado” palestino tem exasperado o governo israelita. Mesmo quando alguns desses países estão entre os seus melhores parceiros económicos, ou militares, como é o caso do Brasil. O que nós podemos considerar como gestos de hipocrisia é visto por Israel, não sem razão, como pontos marcados a favor da causa palestina.

Os Estados Unidos têm-se oposto veementemente a qualquer reconhecimento de um Estado palestino. Diretamente ou por via da administração americana, Israel tem pressionado a Autoridade Palestina a recuar através da chantagem económica, ameaçando cortar-lhe os fundos que são regularmente destinados, entre outras coisas, ao pagamento dos salários do aparato administrativo e policial da AP.

Paralelamente, o governo israelita desenvolve uma vasta

campanha internacional de propaganda contra a iniciativa da Autoridade Palestina junto da ONU, pois sabe que a “legitimidade” do Estado judeu se joga no plano da opinião pública internacional. Qualquer desequilíbrio a esse nível a favor dos palestinos pode pô-la em perigo. Tal é pelo menos a convicção de vários dirigentes israelitas que se têm manifestado nesse sentido na comunicação social.

Pelo seu lado, a Autoridade Palestina tem-se esforçado para dar sinais aos seus financiadores de que quer limitar a sua iniciativa às instâncias das Nações Unidas e continuar a conter a resistência popular contra o ocupante. Nesse sentido, aceitou que os responsáveis dos seus organismos policiais se encontrassem nos Estados Unidos com os homólogos israelitas. Entretanto, continua a deter militantes do Hamas na Cisjordânia, apesar do recente acordo assinado

com a organização rival.

Mas nem Israel nem os Estados Unidos parecem sensíveis a esses sinais e continuam a chantagear a AP para que esta desista da sua proposta perante a ONU, temendo que ela contribua ainda mais para o isolamento de Israel.

Campanha BDS

Um isolamento que se tem iniciado com os avanços da campanha BDS - boicote, desinvestimento e sanções - a nível internacional. Muito recentemente, a Deutsche Bahn, companhia nacional ferroviária da Alemanha, desistiu de participar no projeto de ligação ferroviária de Telavive a Jerusalém, na sequência das pressões desta campanha. Um exemplo já antigo do êxito da BDS é o da multinacional francesa Veolia, que continua ainda hoje a ser financeiramente castigada pela sua cumplicidade na construção do elétrico que une entre si os colonatos à volta de Jerusalém.

Temos ainda os exemplos de boicote cultural, com as dezenas de artistas que já recusaram ou cancelaram espetáculos seus em Israel. E só referimos aqui estes poucos exemplos ilustrativos. Uma discussão na Assembleia Geral das Nações Unidas em torno do reconhecimento de um “Estado” palestino só deveria levar à aplicação de sanções e desinvestimentos por parte dos países que dizem defender o direito do povo palestino à autodeterminação.

A nível autárquico, já tivemos o bom exemplo, muito simples, de duas municipalidades espanholas da província de Valladolid que proibiram a água Eden Springs em todos os edifícios municipais. Se estas ações, por um lado, têm um impacto direto na economia israelita, elas contribuem, por outro lado, para a tomada de consciência e o alargamento da vaga de solidariedade para com a Palestina no resto do mundo.

Uma votação na ONU a favor de um Estado palestino certamente que não resolverá o problema da ocupação sionista, nem sequer dará origem a um Estado independente, mas, surgindo neste contexto das revoluções árabes, terá sem dúvida um potencial mobilizador, em particular para a campanha de BDS.

Elsa Sertório

Manifestantes israelitas aprendem com as “primaveras árabes”

O espírito das “revoluções árabes”, que partiu do derrubamento das ditaduras tunisina e egípcia e alastrou rapidamente ao Magrebe e à península arábica, contagiou vários países europeus e até o Estado de Winscosin, nos Estados Unidos. Cúmulo da ironia, agora nem deixou de fora o

Estado de Israel. Movidos pela crise da habitação, os jovens de Telavive saíram recentemente à rua, ocupando o espaço público e organizando-se à imagem dos revoltados árabes.

Em todo o caso, os dirigentes do movimento tentam omitir qualquer referência à ocupação

sionista, mesmo se em mil e uma observações ocasionais de manifestantes ou da imprensa israelita se impõe essa evidência incontornável de que o custo de vida, em particular da habitação, se torna insustentável em grande parte porque o orçamento do Estado de Israel desti-

na a sua parte de leão ao financiamento da ocupação e dos colonatos.

A ausência de questionamento da ocupação colonial por parte dos dirigentes do movimento é, por outro lado, o que permite que o governo israelita já tenha aproveitado para demagogicamente anunciar a construção de mais 1600 habitações para ju-

deus em território palestino de Jerusalém-Leste (no bairro de Ramat Schlomo). Uma medida denunciada como ilegal até pelos Estados Unidos e pela França - dois dos países que se preparam para votar contra o reconhecimento de um Estado palestino na próxima Assembleia Geral da ONU.

E.S.

Líbia, mais um capítulo vitorioso, mas não acabado da Revolução Árabe

O imperialismo interveio contra Khadafi porque não confiava mais na possibilidade de o seu regime conseguir estabilizar o país, mesmo derrotando provisoriamente os rebeldes, e queria assegurar a sua influência num futuro governo que o sucedesse.

Ao longo dos últimos 40 anos de ditadura Khadafi, terão sido difíceis de imaginar para a grande maioria dos líbios as cenas dos dias 21 e 22 de Agosto. As principais praças da capital, Trípoli, se encheram de tropas rebeldes e de populares a cantar, buzinar ou disparar para o ar, festejando o fim daquele período e o início de um outro, mudança feita à custa do seu próprio sangue, suor e lágrimas.

Por um lado, a grande maioria dos líbios organizados nos Comitês Populares, que, com a sua coragem, combatividade e, por vezes, com a própria vida, foram os verdadeiros responsáveis pela queda de uma ditadura sangrenta e corrupta que durante décadas a fio saqueou as riquezas do país, está sem dúvida alguma de parabéns por este feito histórico. Por outro lado, o futuro que se advinha apresentava grandes desafios em que parte dos objetivos que motivaram a sua luta podem ficar comprometidos.

O papel do imperialismo

Central nesta questão é tentar entender o papel que as potên-



cias imperialistas tiveram na revolução líbia. Se é verdade que o seu posicionamento militar nos últimos meses parece ter sido decisivo para a derrota de Khadafi, certo é também que os seus motivos nada têm a ver com os dos rebeldes. Especialmente durante os últimos dez anos, o imperialismo, nomeadamente o francês e o italiano, manteve ótimas relações com Khadafi, contando com estas para assegurar que parte das receitas do petróleo líbio fosse sugada pelas suas empresas multinacionais.

Esta cooperação incluía, por exemplo, a venda de armas por parte de França ao regime ou o empréstimo do valioso *know-how* israelita em matéria de genocídio ao fazerem-se contratos com empresas israelitas de recrutamento de mercenários. Incluiu, também, a colaboração

da CIA e do MI6, o serviço secreto britânico, na captura de dissidentes do regime de Khadafi e o seu envio à Líbia, onde seriam torturados, como foi o caso de Abdulhakim Belhaj, o comandante das forças militares da rebelião.

Esta “amizade” durou até meados da revolta, quando se começou a antever que a revolução podia derrubar Khadafi e que a estabilidade dos contratos milionários estava posta em causa. Aí, então, a retórica dos dirigentes europeus e americanos, na sua hipocrisia habitual, deixou de apresentar Khadafi como um tipo simpático e excêntrico que gosta de morar numa tenda, para passar a chamá-lo de ditador sangrento e dizer ser necessário instituir uma “zona de exclusão aérea” para impedir os massacres das forças do governo.

A tal “zona de exclusão aérea” é criada num momento em que os rebeldes estão quase a ser esmagados e traduz-se em bombardeamentos da NATO e companhia (Emirados, Jordânia ou Qatar) contra tudo o que sustenta o regime, militar e politicamente, deixando antever o objetivo não declarado de pôr um ponto final na era Khadafi. O imperialismo não confiava mais na possibilidade de Khadafi conseguir a estabilidade do país, mesmo derrotando provisoriamente os rebeldes, e queria assegurar a sua influência num futuro governo que o sucedesse.

O futuro da revolução

Entretanto, formou-se o Conselho Nacional de Transição (CNT), organismo liderado por antigas figuras do governo Khadafi, que se tenta impor como governo provisó-

rio e infligir às forças revolucionárias a direção e o programa do imperialismo. Agora que a era Khadafi começa a passar definitivamente à história, o CNT vem apelar aos Comitês Populares para entregarem as armas, enquanto promete às potências imperialistas restabelecer os contratos com as petrolíferas.

Resta saber como vai reagir a população que levou a cabo esta extraordinária vitória. Se se vai deixar desarmar e continuar a ver-se maioritariamente pobre e carente enquanto vê o país ser saqueado como era dantes ou se, por outro lado, vai tomar o futuro nas próprias mãos nacionalizando os recursos da sua terra, mantendo os Comitês como base de um novo estado e convocando uma assembleia constituinte livre e democrática.

André Traça

Governo português deve romper relações diplomáticas com a Síria



Manifestação na cidade síria de Suqba.

Na Síria continua a luta heroica do povo contra o regime assassino de Bashar Al-Assad, o último de uma dinastia de ditadores que se encontra no poder há mais de 40 anos, tal e qual Khadafi. A desigualdade social gritante, parte do combustível para a revolta, vê-se no simples facto de que metade da riqueza do país está concentrada em 5% da população, que gravitam sobretudo à volta da família Assad e da burocracia do governo.

Desde que a revolta começou, há meses atrás, que o regime sírio tem atingido níveis recorde na barbaridade com que a tem reprimido. Note-se, por exemplo, o bombardeamento da cidade de Latakia, que a meio de Agosto se encontrava praticamente tomada pelos manifestantes e que foi

massacrada por tanques e navios de guerra, ou ainda, seguindo o exemplo de Pinochet, os estádios de futebol para onde são levados e presos os opositores para aí passarem horas ou dias, praticamente sem acesso a água ou comida.

Ao contrário do que se poderia esperar dado o elevadíssimo número de mortes que a sangria do regime provocou, a coragem do povo sírio parece não dar tréguas, e as mobilizações continuam quase diárias, já tendo provocado fraturas nas Forças Armadas e no aparelho judicial do país. Solidarizamo-nos com esta luta heroica e exigimos do governo português a imediata ruptura de relações diplomáticas e comerciais com a Síria.

A.T.

71 anos sem Leon Trotsky

Dirigiu, ao lado de Lenine, a Revolução Russa de 1917, e combateu a burocratização dessa mesma revolução e dos partidos comunistas liderada por Estaline. A sua maior obra foi a fundação da IV Internacional.

Leon Trotsky nasceu Lev Davidovich Bronshtein no dia 7 de Novembro (26 de Outubro segundo o calendário juliano de tradição ortodoxa) de 1879 numa pequena vila da Ucrânia, Yanovka, que pertencia então ao Império Russo. Os seus pais, camponeses prósperos, enviaram-no aos 9 anos para a cidade de Odessa a fim de prosseguir os seus estudos. Em 1896 mudou-se para a cidade de Nikolayev, onde ingressou no curso de matemática, que nunca acabou, e onde foi introduzido ao marxismo. Passou a reunir os operários da região numa organização político-sindical ligada à social-democracia da época e denominada União Operária do Sul da Rússia. Em 1898, foi preso pela primeira vez juntamente com 200 membros desta organização. Foi na prisão em Odessa que adotou o nome de um dos carcereiros: Leon Trotsky.

Exílios

Passou os dois anos seguintes à espera de julgamento, sendo sentenciado a passar quatro anos na Sibéria. Foi aí que percebeu as diferenças entre as duas facções do partido de que se tinha tornado militante, o Partido Operário Social-Democrata Russo: uma defendia que se deviam focar em ajudar os proletários a ter melhores condições de vida, e a outra, em derrubar a monarquia, e para esta um partido revolucionário disciplinado e organizado era essencial. A segunda facção, pela qual Trotsky optou, era liderada pelo grupo do jornal Iskra, sediado em Londres e com Lenine como um dos editores. Em 1902, Trotsky acabou por fugir da Sibéria para Londres, onde se

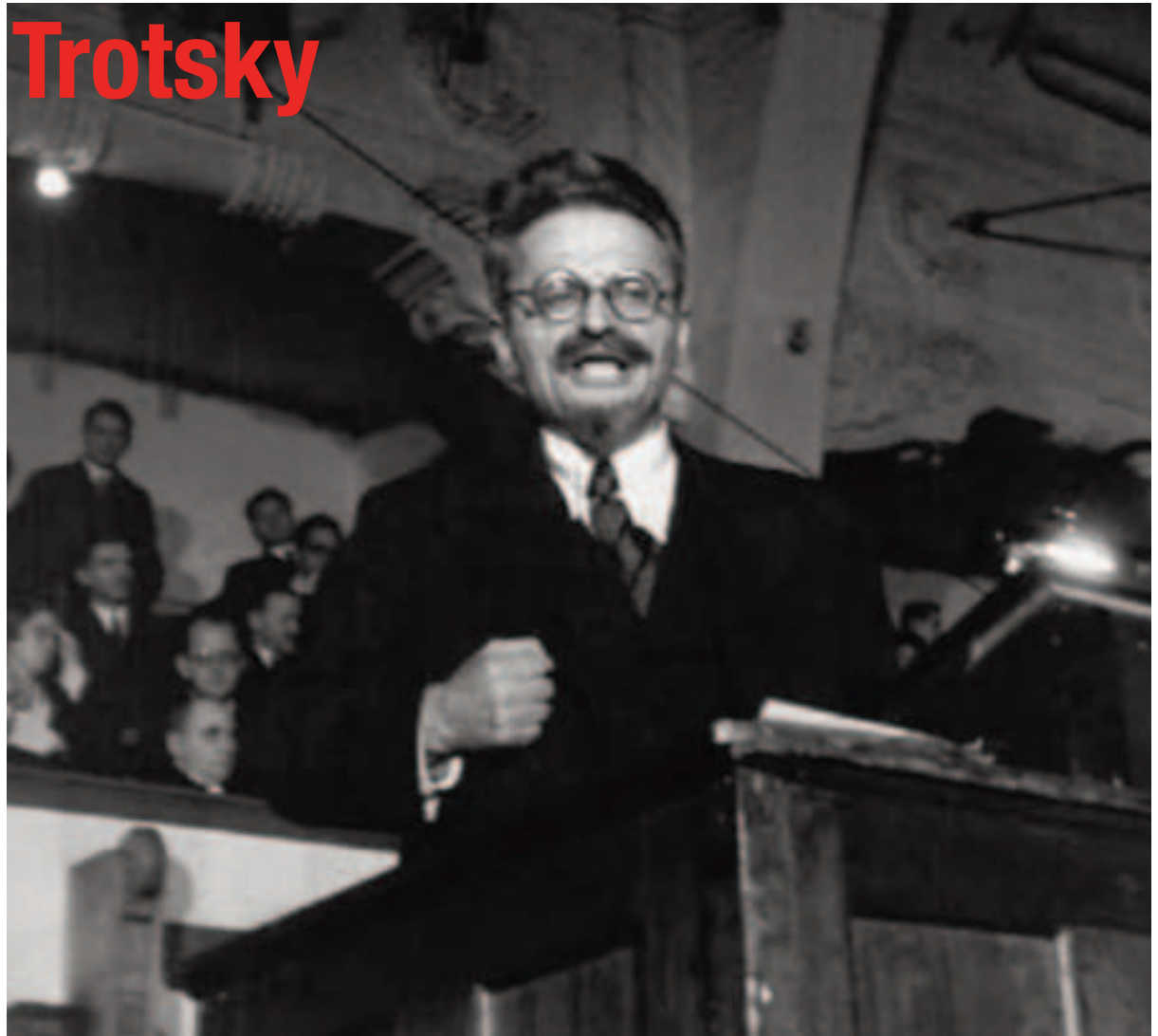
tornou colaborador do Iskra.

Durante a revolução de 1905, voltou secretamente à Rússia, mas teve de fugir para a Finlândia onde desenvolveu em parte a sua Teoria da Revolução Permanente, um dos seus mais importantes legados teóricos. Conseguiu regressar no mesmo ano para o seu país, sendo eleito presidente do Soviete de São Petersburgo. Foi de novo preso, julgado em 1906 e deportado mais uma vez para a Sibéria, onde nem sequer chegou porque fugiu de novo para a Inglaterra durante a viagem. Este segundo exílio durou até 1917, salientando-se as participações de Trotsky como correspondente na Guerra dos Balcãs em 1910, onde teve o primeiro contacto com a tática militar.

Revolução de 1917

Depois da revolução de Fevereiro de 1917, Trotsky voltou imediatamente à Rússia, vindo dos Estados Unidos. É preso na insurreição falhada pró-Bolchevique a 7 de Agosto, mas é libertado quarenta dias depois, sendo eleito de novo presidente do Soviete de São Petersburgo. Como membro do Comité Militar Revolucionário durante a insurreição de Outubro de 1917, dirigiu as operações que levaram os bolcheviques ao poder.

Com a vitória da insurreição, assumiu a liderança do Comissariado do Povo para Assuntos Estrangeiros e esteve à frente das negociações de paz com a Alemanha em Brest-Litovsk, no ano de 1918. É depois nomeado Comissário de Guerra e Presidente do Supremo Conselho de Guerra. Desde então,



Palestra sobre a história da Revolução Russa feita na Dinamarca em 1932. Foto de Robert Capa

até 1921, dirigirá todo o trabalho político, organizativo e militar que conduzirá os bolcheviques à vitória na guerra civil, derrotando para isso 14 exércitos estrangeiros e construindo um exército proletário de 5 milhões de homens e mulheres. Durante a guerra civil, em 1919, funda, junto com Lenine, a III Internacional, ou Internacional Comunista. Também nesta altura, Trotsky, preocupado com a reconstrução económica da Rússia, propõe num artigo no Pravda medidas extraordinárias que um ano depois serão formuladas mais claramente por Lenine e adotadas com o nome de NEP - Nova Política Económica.

Estaline sobe ao poder

Em 1922 e apesar dos receios de Lenine, Estaline é eleito novo Comissário Geral do Partido e começam imediatamente a notar-se os sinais de burocratização. Lenine morre em 1924 e deixa escrito no seu testamento o perigo de confiar o poder a Estaline. Trotsky encontra-se a viajar e enganado por Estaline quanto à data do funeral não comparece, permitindo a este discursar em nome do partido e reforçar o seu poder. Devido à oposição contra a burocratização do Estado Soviético e a degeneração do Partido Bolchevique pelo estalinismo, passa a ocupar cargos de cada vez menor importância, acabando por ser expulso do partido em 1927 e, finalmente, da Rússia em 1929. Percorreu o mundo em busca de asilo até o seu pedido ser finalmente aceite pelo governo mexicano em 1937.

Em 1933, Hitler chega ao poder, em parte devido à política

do Partido Comunista alemão, que, sob a orientação de Estaline e da III Internacional burocratizada, recusa-se a aliar-se ao Partido Socialista (SPD), classificado de “social-facista”, para derrotar o Partido Nazi. Trotsky defendia exatamente o contrário, a união do Partido Comunista ao Socialista para derrubar os nazis, já prevendo a ameaça de Hitler. Trotsky passa então a defender a criação de uma nova Internacional.

Depois desta opção catastrófica de Estaline, seguem-se mais duas: na Rússia, os chamados Processos de Moscovo, em que são condenados ao exílio ou fuzilamento, por meio de falsificações, os mais importantes dirigentes do Partido Bolchevique; e na guerra civil espanhola (1936-1939), na qual a política do PC espanhol era derrotar o fascismo em união com a burguesia, sem modificar as relações sociais do país. Essa política levou o governo de Frente Popular a desarmar os operários e devolver as terras expropriadas aos latifundiários de forma a manter a unidade com a burguesia, sendo mortos neste processo anarquistas e trotskistas. Trotsky, pelo contrário, defendia que a vitória contra o fascismo só seria possível expropriando a burguesia e entregando o poder à classe operária.

IV Internacional

Em 1938 é fundada em Paris a IV Internacional. Trotsky não comparece à cerimónia por razões de segurança, mas escreve as bases programáticas da nova organização, o Programa de Transição. Ele afirma que este

foi o seu maior legado, porque apenas ele o poderia ter feito depois da morte de Lenine, assegurando assim a continuidade da tradição marxista e proletária, que se poderia ter perdido para sempre, devido à degeneração da III Internacional.

Assassinato

No dia 24 de Maio de 1940, dá-se um primeiro atentado contra Trotsky, em que a sua casa é metralhada, mas no qual ninguém saiu ferido. Já no segundo atentado, em 20 de Agosto do mesmo ano, Trotsky é atingido com uma picareta na cabeça por Ramón Mercader, um agente estalinista. Morre no dia seguinte devido aos ferimentos, com 60 anos de idade. Trotsky foi cremado, e as cinzas depositadas num túmulo construído no quintal da sua casa no México. Sobre o túmulo foi colocada uma grande pedra branca com a foice e o martelo esculpidos em baixo-relevo.

Trotsky, descrito como sendo de estatura média, de cabelos negros e encaracolados, grandes olhos azuis, voz metálica, fala rápida e que ao discursar gesticulava elegantemente, deixou-nos uma obra sobre uma infinidade de temas. Escreveu sobre literatura, psicologia, opressão da mulher, moral e analisou os vários processos revolucionários a que assistiu. Hoje, 71 anos depois do seu assassinato, as suas ideias continuam vivas e atuais na luta e na organização da classe operária mundial.

Diogo Lourenço

Fontes:
http://www.pstu.org.br/especial_trotsky_1principal.html
http://en.wikipedia.org/wiki/Leon_Trotsky

